

## QUESTÃO Nº: 26 PROVA: ASSISTENTE ADMINISTRAÇÃO

### ARGUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S):

Nove candidatos interpuuseram recursos em face da questão 26, abaixo transcrita, alegando em síntese que: a ausência do termo “judicial” logo após a palavra ‘sentença’ tornou o item 4 incompleto; que há lacuna, também, no item 4, em razão da ausência da expressão ‘complementar’ depois da palavra ‘lei’; que esta falta comprometeu o texto apresentado, uma vez que a expressão ‘mediante lei’ tem significado diferente da expressão ‘mediante lei complementar’; que a ausência da expressão inaptidão comprometeu a compressão do item 4 e que, em razão disso, somente o item 2 é verdadeiro; que a escrita da alternativa 4 não empregou a pontuação correta; que a expressão sentença é ato típico do judiciário e que no âmbito administrativo se fala em decisão; que a alternativa ‘2’ está errada porque a Constituição não estabelece necessidade de comissão de avaliação de desempenho; que a alternativa 4 não está correta, eis que não estabelece a hipótese de perda de cargo público prevista no §4º do artigo 169 da Constituição Federal; que o contido no item 4 não corresponde ao previsto no artigo 22 da Lei nº 8.112/90.

**26 - Sobre o regramento aplicável aos concursos públicos e aos servidores públicos no texto constitucional de 1988, considere as seguintes afirmativas:**

**1. O prazo de validade dos concursos públicos será de até um ano, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.**

**2. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, porém é condição para a aquisição da referida estabilidade a realização de avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.**

**3. O legislador constituinte reservou ao legislador infraconstitucional a missão de garantir percentual mínimo dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, os afrodescendentes e os índios, devendo os critérios para admissão restar definidos igualmente em legislação específica.**

**4. O servidor público estável poderá perder o cargo em caso de sentença transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, e também mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, nos termos da lei, assegurada, igualmente, a ampla defesa.**

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- e) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

### FUNDAMENTAÇÃO:

Não assiste razão aos candidatos. Os argumentos recursais concentram na escrita incompleta da afirmativa 4, bem como na redação da afirmativa 2.

Primeiro, não há que se falar em erro na afirmativa 2, conforme segue:

O artigo 41, *caput*, da Constituição Federal dispõe que: “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Ainda, o § 4º, deste mesmo artigo, prevê “como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.” Portanto, a afirmativa 2 está correta, eis que a Constituição Federal estabeleceu expressamente a necessidade de constituição de uma comissão para avaliação do estágio

probatório.

Quanto a afirmativa 4, também não há que se falar em erros, omissões ou ausências de palavras que pudessem prejudicar o verdadeiro sentido da frase, conforme segue:

O artigo 41, § 1º, da Constituição Federal estabelece que: "O servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa."

A alternativa 4 tem como redação: "O servidor público estável poderá perder o cargo em caso de sentença transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, e também mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, nos termos da lei, assegurada, igualmente, a ampla defesa".

Diante disso, denota-se que a ausência da expressão 'judicial' não gerou qualquer prejuízo, uma vez que o termo sentença transitada em julgado é empregado somente na esfera jurisdicional. O termo não é empregado em processos administrativos. No mesmo sentido a ausência da expressão 'complementar' não gerou prejuízo, uma vez que a frase faz menção a necessidade de lei (requisito imprescindível). O processamento da lei (seja na forma de ordinária ou complementar) fica a cargo do órgão legislativo competente. Ainda, a ausência do termo 'inaptidão' também não gerou prejuízo, eis que a Constituição, no artigo 41, não traz esse termo, restringindo-se apenas a 'avaliação periódica de desempenho'.

Ademais, a hipótese de demissão contida no artigo 169 da CF, não foi contemplada no item 4 porque o conteúdo programático de legislação para os níveis "D" e "E", se restringiu ao contido na Constituição Federal de 1988, especificamente no Capítulo VII, Seções I e II -Da Administração Pública (arts. 37 e 38) e Dos Servidores Públicos (arts.39 a 41).

Por fim, o contido no artigo 22 da Lei 8.112/90 (Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa) não pode ser interpretado de forma isolada, isto é, sem observar as alterações da Emenda Constitucional nº 19 (que instituiu o processo de avaliação periódica). Logo, não há erro nesta afirmativa.

Desta forma, não há que se falar em erros nas alternativas 2 e 4 da questão 26.

### **CONCLUSÃO:**

( X ) MANTER A QUESTÃO COMO DIVULGADA NO GABARITO.

( ) ALTERAR A RESPOSTA DA QUESTÃO. A RESPOSTA CORRETA É A LETRA \_\_\_\_.

( ) ANULAR A QUESTÃO.